



Ao Futuro ALM CEMA

“A Pátria Honrai que a Pátria vos contempla”

Parte deste artigo foi escrito antes de sabermos sobre qual o VALM em que recairia a confiança do actual Governo para chefiar a Marinha, pelo que tivemos de o refazer atendendo ao contexto em que seria publicado o Boletim onde se integra.

Como o nosso futuro ALM CEMA bem conhece, este é o lema que a Marinha usa para simbolizar, entre outras coisas importantes, a sua ligação ao Povo, do qual os Marinheiros que a guarnecem, servindo Portugal no mar, emanam.

Mas é também uma divisa que simboliza a responsabilidade do País, representado pela tutela governamental, para com os militares que o servem, inerente à Condição Militar*, nas missões incumbidas à Marinha de Guerra Portuguesa. Portanto remete para a verdade legal de os CEM serem Chefes Militares acima de tudo, com grandes responsabilidades tutelares só possíveis de exercer se se assumirem como representantes das FA junto do Poder Político vigente e não como delegado daquele junto dos militares.

Nesta conformidade o futuro ALM CEMA receberá uma herança nada fácil de gerir, mas, simultaneamente, fruto de ter sido nos últimos anos um dos Comandantes mais operacionais, gerou algumas expectativas positivas nos homens que comandou. Desejamos sinceramente que não as venha a defraudar.

Herança - O ALM CEMA cessante declarou em discurso de despedida que seria um dos mais de mil marinheiros de todas as categorias que requereram a passagem à situação de reserva - sendo, porém, que à maioria daqueles não lhes será dada a oportunidade de optarem entre sair ou ficar, contrariando a frase do seu discurso de despedida: *“E hoje, felizmente, ninguém é obrigado a estar na Marinha”*.

Ainda na área do pessoal a herança que recebe é enorme, pela negativa. Alguns dos artigos deste mesmo Boletim reflectem-na. Outros estão cabalmente reflectidos nas Notas da Comissão Consultiva Permanente dos Sargentos da Armada ao DSP, sendo que as últimas nem sequer deram origem a reuniões desta com o CALM DSP, nem resposta na forma de despacho.

Porém também na área do material, para o futuro CEMA, mais importante do que o discurso do seu antecessor, importa alertar para a situação que herdará, fruto das opções de rumo que os seus antecessores tomaram, tanto ao nível do pessoal como do reequipamento.

Desde logo esta deriva náutica de primeiro dar um parecer negativo à aquisição das fragatas da classe Perry, enquanto SSM, e mais agora, em discurso de despedida, dizer que *constituem uma oferta irrecusável*, não lembra ao diabo.

E isso, quanto a nós, porque implicará novas linhas logística, de formação, de manutenção, de especialização, com custos e voragem de recursos que, provavelmente, a ser consumada, colocará em causa o funcionamento da Marinha. Todos nós, Marinheiros de Portugal, desejaríamos ter os melhores e mais avançados meios do mundo à nossa disposição. Faz parte do nosso orgulho e Brio Profissional, daí o nome de BRIO SA. Mas uma coisa são os nossos desejos profissionais, outra diferente é a realidade económica do País e as suas necessidades objectivas em matéria de Defesa Nacional.

As expectativas: Sendo o futuro ALM CEMA um dos Comandantes com maior experiência de comando de forças conjuntas multinacionais, e um homem estudioso e inteligente, certamente conhecerá a diferença que existe entre a realidade sócio-profissional das nossas FA e as dos restantes parceiros, bem como conhece, certamente os vários modelos de associativismo de militares e os benefícios que a sua existência traz para a operacionalidade.

Um dos desafios que se coloca hoje a qualquer Chefe Militar moderno, das sociedades democráticas, é saber incorporar nos seus processos de decisão o labor e os contributos produzidos pelas associações, nos campos que directamente podem influenciar a qualidade e a formação dos militares.

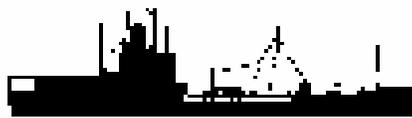
Saberem incorporar a acção autónoma das associações, não como um serviço enquistado na organização militar, mas como um contributo positivo que remanesce sempre da actividade associativa.

Entender o associativismo como um elemento de cidadania, intrínseco a qualquer sociedade democrática, respeitadora das directivas comunitárias, e, por tudo isso, elemento qualificador dos militares enquanto cidadãos com todos os reflexos positivos que advém para formação e o desempenho dos militares enquanto operacionais.

O futuro ALM CEMA, certamente encontrará sempre da parte desta Comissão Permanente de Ramo da Armada (CPR - Armada) da ANS, o melhor e mais sincero desejo de cooperação em matérias sócio-profissionais e todas as demais que VEXA considerar úteis e pertinentes.

Encontrará também, certamente, os mais leais e frontais críticos sempre que, por acção ou omissão, os interesses sócio-profissionais e sociais daqueles que representamos por sufrágio directo estiverem em causa.

Desejamos uma boa comissão de serviço a bem da Marinha, dos Marinheiros e de Portugal!



BREVES

No jornal DN de 2 de Novembro de 2005 foi publicado um estudo sociológico que estabelece o **Ranking nacional das profissões em 2005**. Mais uma vez, contrariando o senso comum e a despeita de muita gente, infelizmente mesmo militares em todas as situações, nós, militares, continuamos bem colocados.

1º - Médicos – 67,8%; 2º - Jornalistas – 67,2%; 3º - Professores – 66,5%;

4º - Militares – 60,5%

5º - Forças de Segurança – 59,1%; 6º - Engenheiros – 53,5%;

7º - Empresários – 36,7%; 8º - Advogados – 35,9%; 9º - Juizes – 31,2%;

10º - Políticos – 13,2%



Estamos a assistir agora, por ineficiência da Gestão de Recursos Humanos, ao surgimento da **classe dos 1SAR transitários**. São aqueles que desembarcam, destacam para situações onde normalmente ficariam ao abrigo de alíneas, como Escolas, mas agora ficam em *Trânsito* com nomeação para o próximo embarque. Quando alertámos para a possibilidade de virmos a cair nesta situação os últimos DSP, diziam à nossa Comissão Consultiva que tal não sucederia porque os planeamentos estavam feitos e não eram passíveis de virem a dar este resultado. Vê-se. Os *transitários* que o digam.



No início do próximo ano vamos, de acordo com o respectivo regulamento, **ter eleições para a Comissão Consultiva Permanente dos Sargentos da Armada**. É importante que os Sargentos comecem a estabelecer consensos sobre os candidatos que potencialmente melhor defenderão os nossos interesses naquela Comissão. Como todos sabemos as eleições realizam-se votando cada Sargento num camarada do seu Posto. Certamente que esta CPR, lá mais próximo, também haverá de ajudar nesta importante frente de defesa dos interesses dos Sargentos e da Marinha.



O novo **diploma sobre as ADM** traz consigo um problema acessório, para além da degradação assistencial, do aumento da quota... **Vem também colocar em perigo o património do IASFA**, que ao longo de gerações de militares foi amealhado à custa dos nossos descontos. Ao colocar a gestão da futura ADM, já em Janeiro de 2006, a cargo do IASFA, provocará vários problemas:

- Como das três ADM só uma funciona menos mal e sem dificuldades financeiras – a da FAP -, como têm bases de dados e procedimentos diferentes, e como a integração não foi cuidada e planeada de forma gradual, vai constituir uma sobrecarga de trabalho e despesa para os cofres do IASFA sem a respectiva transferência do OE, como seria de direito desde que estas foram criadas ainda antes do 25 de Abril de 1974.

- Tais factos irão, certamente, degradar ainda mais a Assistência na Doença aos Militares e respectivas famílias, delapidar o património do IASFA – recorda-se que os Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA) foram nacionalizados pelo Governo de António Guterres e transformados em Instituto Público, num período em que a privatização do aparelho de Estado foi a tônica dominante -, degradar os serviços de assistência social, como lares de 3ª idade, creches, escolas, etc.





Passagem à situação de Reserva

Com a publicação dos diplomas referentes às alterações ao EMFAR e à ADM cerca de um milhar de militares da Marinha requereram a passagem à situação de Reserva.

Tal como as Associações Sócio-profissionais de Militares alertaram em devido tempo, estas alterações deveriam ter sido acauteladas, - e até, eventualmente, abandonadas, por criarem mais problemas sem resolver qualquer um daqueles com que já nos confrontamos à mais de 20 anos.

Porém, a atitude da Marinha, não obstante as palavras de circunstância do discurso de despedida e abertura do ano operacional: *“E hoje, felizmente, ninguém é obrigado a estar na Marinha”*, verificamos, principalmente os camaradas lesados, que, afinal, muitos são obrigados a permanecerem nas fileiras mesmo após cumprirem 36 e mais anos de serviço militar.

Sem que se conheça qualquer alteração à Portaria ministerial que estabeleceu no início do ano os quantitativos de militares na situação de Reserva na efectividade de serviço, sabemos hoje que alguns camaradas com 36 ou mais anos de serviço militar, foram pressionados a retirarem a declaração de passagem à situação de Reserva para poderem beneficiar das vagas que entretanto ocorressem. E, nestes casos, está a verificar-se que estes camaradas estão a ser convocados para continuarem na efectividade de serviço.

Já o caso dos camaradas com menos de 36 anos de serviço militar, é ainda mais taxativo: a Marinha não só não os autoriza na maioria dos casos a abandonar as fileiras, como tem retardado os despachos, prejudicando o planeamento da vida pessoal daqueles camaradas. Aqui as palavras do ex-CEMA adquirem toda a sua nudez, descredibilizando o cargo que ocupou.

Diz-se na DSP que estes casos só se verificam porque esta alteração legislativa foi inopinada e, por isso, não contemplada no planeamento do pessoal. Neste contexto está a ser prometido aqueles camaradas que passarão à situação de Reserva assim que terminarem a respectivo Comissão de serviço, ou quando a Repartição respectiva os possa render. Veremos.

De qualquer modo fica claro que as Associações Sócio-profissionais têm razão quando afirmam que as medidas impostas pelo Governo, prejudicam a operacionalidade das FA e o modelo existente, bem como colocam em causa a Condição Militar. Seria útil que este exemplo de agravamento dos problemas com as existências de pessoal levassem os nossos Chefes Militares a reflectirem sobre todo o processo e sobre a atitude de oposição e não de defesa dos seus homens, como seria justo e expectável.

Nós não queríamos ter razão depois de o mal acontecer. Preferíamos que nos ouvissem antes, levassem a sério as nossas propostas e alertas e evitassem estes malefícios para as nossas FA. Se este exemplo fosse tido em linha de conta e ajudasse a prevenir situações futuras já ficaríamos muito satisfeitos.

A Família Militar merece-o!

PORTO EM HONRA DOS NOVOS 2SAR

No próximo dia 5 de Dezembro de 2005, o CSA e a ANS, vão novamente promover um Porto de Honra para recepção aos 2SAR promovidos neste ano. É uma iniciativa que já conta com alguns anos e que continuamos a pensar ser um evento importante para o enquadramento e esclarecimento da nova geração de Sargentos. É uma forma de passar o testemunho de anos de construção do Associativismo dos militares, recreativo, cultural e desportivo num caso e sócio-profissional noutra. Como diz o desdobrável que se oferece aos novos camaradas

BEM VINDOS À CLASSE DE SARGENTOS!



Sobre o diferencial de 5 pontos

Afinal os Sargentos sempre têm direito ao diferencial de 5 pontos por motivo da sua promoção ao posto imediato! Mais uma vez se verifica que as interpretações que a Marinha faz dos diplomas legais, para além de serem sempre restritivas e lesivas para o pessoal, não resistem ao confronto com a aplicação que os outros ramos fazem dos mesmos diplomas.

Verifica-se também que, ao contrário do que dizia o actual SSP, quando ocupava o cargo de DSP, não foi preciso os Sargentos queixarem-se ao tribunal para verem o seu problema resolvido no geral. E dizemos no geral porque sabemos que subsistem muitos casos por resolver.

Também aqui a Marinha poderia, ao menos uma vez, esclarecer os critérios de pagamento, o posicionamento dos SAJ e 2SAR que passaram a perceber os 5 pontos indiciários que lhes eram devidos por terem sido promovidos ao posto imediato.

Dado este primeiro passo, importa agora cumprir com a lei, no caso dos 1SAR de 1º escalão que passaram a auferir um vencimento menor do que o auferido pelos 2SAR oriundos de Cabo de 7º escalão.

Importa resolver de facto e não de promessas verbais dos liquidadores a questão dos retroactivos para o pessoal a quem o pagamento foi interrompido em meados de 2004, bem como aqueles que entretanto foram promovidos sem que isso tivesse as devidas implicações retributivas.

Neste processo continuaremos disponíveis através da comissão específica constituída no seio da CPR Armada, para ajudar os camaradas que ainda não viram o seu problema resolvido. É importante que este passo no caminho da resolução seja consolidado, e cabalmente resolvido: os Sargentos da Marinha merecem-no!

Certamente que o actual CEMA ordenará que esta questão seja encerrada a contento do pessoal. Seria um bom sinal em início de mandato para quem tem planos tão ousados.

Palavras do novo CEMA

Num Artigo de jornal são transcritas as palavras do actual CEMA no seu discurso nas ICM (antigo MM) que todos na Marinha devem “*ser pró-activo, influenciar decisões, estudar e propor soluções*” em vez de ficarem “*a aguardar serenamente por decisões que dizem directamente respeito*”. É isso que a ANS através da sua Comissão Permanente de Ramo da Armada (CPR – Armada), por um lado, e a CCPSA (Comissão Consultiva Permanente dos Sargentos da Armada) por outro, têm vindo desde sempre a fazer, sem que na maioria das vezes a sua pró-actividade tenha sido bem compreendida e até mesmo aceite.

Noutro passo das transcrições, o jornalista chama a atenção para que o SEXA ALM CEMA considera que “*as associações dos militares têm o seu espaço próprio na defesa dos seus associados, sem que tal interfira com a organização hierárquica das Forças Armadas. Não considero as associações como antagonistas, mas estou certo que teremos como irrecusável postura o escrupuloso respeito pelas leis da República e do ordenamento militar. Cumpre-me zelar por essa observância e para que se mantenha o capital de confiança que o País deposita na Marinha. Fá-lo-ei!*”.

Há anos que nós o vimos afirmando isto sem que nos ouvissem, agora parece que finalmente vamos ter um interlocutor Para que os actos tenham coerência com as palavras e o *escrupuloso respeito pelas leis da República* se cumpra cabalmente poderíamos começar, por exemplo, pelo Suplemento de Residência, ou por consolidar a questão do diferencial de 5 pontos indiciários devidos aqueles que são promovidos, ou ainda por integrar a ANS nos grupos de trabalho, comissões de estudo, etc, como obriga a lei 3/2001.

Até mesmo acerca da parte do discurso que respeita às questões da disciplina e da operacionalidade, estamos de acordo. Somos profissionais briosos, daí a Marinha ter sido apelidada de BRIOSA, tudo faremos, sempre, para que esse apelido se confirme no dia a dia da Marinha e dos seus Marinheiros.



Última Hora

Por agendamento de iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, são chamados a discussão no Plenário da AR, no próximo dia 9 de Dezembro, pelas 10 horas, a Apreciação Parlamentar dos

Decretos-Lei relacionados com o estatuto da Condição Militar. Sabemos ainda, por notícia de um matutino, que o GP do CDS/PP irá propor a suspensão desses diplomas.

Por outro lado, o GP do PCP, promove no próximo dia 6 de Dezembro, pelas

15 horas, na Sala Sofia, na Assembleia da República, uma Audição Pública sobre as condições de exercício dos direitos associativos dos militares, para a qual foram convidadas a associações sócio-profissionais dos militares